RESOLUÇÃO Nº 423, DE 06 DE JULHO DE 2011

Institucionaliza e disciplina a função do conciliador como responsável pela realização de audiências de tentativa de conciliação nos processos em tramitação na Justiça Federal da Terceira Região e disciplina o procedimento do Programa de Conciliação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, *ad referendum*,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar, avançar e modernizar as normas relativas ao Programa de Conciliação;

CONSIDERANDO o propósito de aprimorar os trabalhos prestados pelo Poder Judiciário Federal da Terceira Região em decorrência da criação e ampliação do Programa de Conciliação;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 392, de 19 de março de 2010, deste Conselho, que ampliou o Programa de Conciliação e criou a Central de Conciliação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região;

CONSIDERANDO a Resolução nº 247, de 15 de março de 2011, da Presidência deste Tribunal, que dispôs sobre a instalação de Centrais de Conciliação,

R E S O L V E:

Da Atividade Técnica de Conciliação

Art. 1º Para os fins desta resolução, conciliação é a atividade técnica exercida por pessoa, integrante do quadro de servidores ou voluntária, objetivando a solução de conflitos por meio da obtenção de mútuas concessões entre as partes contrapostas.

§ 1º A utilização da atividade técnica de conciliação é cabível em toda matéria que admita conciliação, reconciliação, transação, ou acordo de outra ordem, para os fins que consinta a lei civil ou penal.

§ 2º A conciliação é judicial ou extrajudicial, podendo versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 3º Em qualquer tempo ou grau de jurisdição, recomenda-se buscar convencer as partes da conveniência de se submeterem à conciliação extrajudicial, ou, com a concordância delas, designar conciliador, suspendendo o processo pelo prazo de até 3 (três) meses, prorrogável por igual período.

Dos Conciliadores

Art. 2º Pode ser conciliador qualquer servidor do quadro da Justiça Federal da Terceira Região ou qualquer pessoa capaz e que tenha formação técnica ou experiência adequada à natureza do conflito, admitida na forma desta resolução, como voluntária.

§ 1º No desempenho de sua função, o conciliador deverá proceder com imparcialidade, independência, aptidão, idoneidade, zelo e discricção, bem como deverá observar todos os deveres e obrigações atribuídas aos servidores públicos, quando voluntário.

§ 2º O conciliador de que trata esta resolução está sujeito a compromisso, mas pode escusar-se ou ser recusado por qualquer das partes, em dez dias a contar da designação, e submeter-se-á, no que couber, às normas que regulam a responsabilidade do servidor público.

Art. 3º Os conciliadores, serão recrutados, mediante Portaria, pelo Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação, Juiz Coordenador ou Diretor de Subseção, entre os servidores do quadro, ou de voluntários com reputação ilibada, ambos preferencialmente bacharéis ou estudantes de direito, administração, economia, ciências sociais ou de formação superior na área de humanas.

§ 1º Os conciliadores voluntários prestarão seus serviços a título honorário, valendo o efetivo exercício das funções como título em concurso de ingresso na Magistratura Federal desta Terceira Região.

§ 2º Caberá à Escola de Magistrados da Terceira Região a formação, aperfeiçoamento e reciclagem de conciliadores do quadro da Justiça Federal da Terceira Região ou de Voluntário, para o que será implantado curso apropriado, fixando a EMAG da Terceira Região os critérios de aprovação, com a publicação do regulamento específico.

§ 3º O voluntário, para fazer o curso de formação, deverá firmar compromisso de prestar serviços voluntários à Justiça Federal da Terceira Região, pelo prazo mínimo de um ano, sob pena de ter de indenizar os custos do curso.

§ 4º Expedida a portaria de designação, o conciliador do quadro ou voluntário deverá assinar o termo de compromisso em livro próprio, entrando no exercício de suas atividades.

§ 5º A portaria será afixada na sede do Juízo e, se for o caso, a eventual impugnação à designação deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias.

§ 6º Compete ao Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação apreciar eventual impugnação à designação em decisão fundamentada, da qual não caberá recurso.

§ 7º O conciliador voluntário poderá ser destituído *ad nutum* mediante portaria.

§ 8º Os conciliadores voluntários assinarão fichas individuais de presença, nos dias em que comparecerem às sessões, nelas se consignando o horário de entrada e de saída.

§ 9º Será fornecida, mediante recibo, certidão do efetivo exercício do conciliador voluntário, com menção de data de seu início, periodicidade e término.

§ 10. O livro de compromisso terá campo para a data de início e término das funções, além de espaço para anotação de expedição da certidão e assinatura do seu recebimento.

§ 11. Considera-se atividade jurídica, nos termos do art. 59 da Resolução nº 75, de 12/05/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o exercício da função de conciliador junto a tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais, no mínimo por (dezesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano na composição de litígios.

Art. 4º A pedido de qualquer dos litigantes, ou a critério do conciliador, este trabalhará em regime de colaboração com assistente técnico, devidamente habilitado, nos termos do § 2º deste artigo.

§ 1º A assistência técnica será obrigatória nas controvérsias complexas que versem sobre Direito Financeiro ou Econômico, devendo dela sempre participar o advogado.

§ 2º O Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação ou o Juiz Federal Coordenador de Fórum ou Diretor de Subseção, selecionarão, como assistentes técnicos, profissionais indicados por organismos institucionais ou por órgãos profissionais oficiais.

§ 3º Quando no exercício de suas funções, e em razão delas, ficam os conciliadores não servidores públicos e assistentes técnicos voluntários equiparados aos funcionários públicos para efeito da legislação penal.

Art. 5º O Tribunal manterá um Registro de Conciliadores, contendo o cadastro atualizado de todos os conciliadores e assistentes técnicos habilitados a atuar no âmbito da Terceira Região, por área profissional.

§ 1º Aprovado no curso de formação e seleção da EMAG da 3ª Região, o conciliador, requererá sua inscrição no Registro de Conciliadores do TRF3, para atuar, em razão deste registro, nos limites da jurisdição do TRF3 e apenas nos feitos de competência da Justiça Federal.

§ 2º Efetivado o registro, caberá ao TRF3 disponibilizar no seu sítio eletrônico na *Internet* os dados necessários para que o nome do conciliador passe a constar do rol de Conciliadores do TRF3, para efeito de designação ou de distribuição, conforme o caso.

§ 3º Do Registro de Conciliadores constarão todos os dados relevantes referentes à atuação do conciliador, tais como o número de causas em que atuou, o sucesso ou insucesso de sua intervenção, a matéria sobre a qual versava a controvérsia.

§ 4º Os dados referidos no parágrafo anterior serão classificados sistematicamente e publicados anualmente, para conhecimento da população, para fins de estatística e para avaliação dos conciliadores. .

Art. 6º A conciliação será sempre realizada em local de fácil acesso e com estrutura suficiente para atendimento das partes em conflito e seus eventuais representantes.

Art. 7º Compete ao Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação da Terceira Região a fiscalização das atividades dos conciliadores.

§ 1º Verificada irregularidade na prestação dos serviços pelo conciliador, o Coordenador suspenderá imediatamente a autorização concedida, até apuração dos fatos, e informará o TRF3 para anotação no Registro de Conciliadores.

§ 2º O magistrado, diante de atuação inadequada do conciliador, poderá afastá-lo das atividades e informará o Coordenador do Gabinete da Conciliação para eventual instauração de processo administrativo.

§ 3º O processo administrativo para averiguação de conduta inadequada do conciliador, assegurada a ampla defesa, poderá culminar na aplicação da pena adequada, desde a advertência até a exclusão do Registro de Conciliadores, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 8º Será excluído do Registro de Conciliadores aquele que:

I - assim o solicitar ao TRF3, independentemente de justificação, desde que, se for o caso, indenizar o Tribunal quanto ao curso de Conciliação;

II - agir com dolo ou culpa de modo a prejudicar os interesses de um dos participantes na condução da conciliação sob sua responsabilidade;

III - violar os princípios da confidencialidade e neutralidade;

IV - funcionar em procedimento de conciliação sabendo-se impedido.

§ 1º Os casos previstos nos incisos II a IV serão apurados em regular processo administrativo.

§ 2º Nos casos dos incisos II a V o conciliador excluído não será reinscrito no Registro de Conciliadores, sendo a proibição comunicada aos demais tribunais do território nacional.

Art. 9º Não será admitida a atuação do conciliador nos termos do artigo 134 e 135 do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. No caso de impedimento, o conciliador devolverá os autos para designação de outro conciliador, se a causa de impedimento for apurada no início do procedimento de conciliação. Se posterior, o conciliador interromperá sua atividade, lavrando ata com o relatório do ocorrido e solicitará seu afastamento para designação de novo conciliador.

Art. 10. No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o conciliador informará o fato ao Juiz Federal Coordenador da Central de Conciliação respectiva ou ao Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação, conforme o caso, para que, durante o período em que perdurar a impossibilidade, não haja prejuízo para as conciliações.

Art. 11. O conciliador voluntário advogado fica impedido, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir do término da conciliação, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer dos litigantes.

Da audiência de tentativa de conciliação por conciliador

Art. 12. Os processos em tramitação na Primeira ou Segunda Instância da Justiça Federal da Terceira Região poderão, a qualquer tempo, serem submetidos ao procedimento de conciliação, mediante programa de trabalho elaborado sob supervisão do Gabinete da Conciliação.

Art. 13. Incluído um feito no Programa de Conciliação este será requisitado ao Juízo Natural, o qual o remeterá ao procedimento de conciliação, mediante guia de remessa e registro no sistema informatizado da Justiça Federal.

Art. 14. Caberá ao Gabinete da Conciliação adotar, implementar e executar todas as medidas necessárias à execução do Programa de Conciliação.

Art. 15. A conciliação dos processos em 2º Grau de jurisdição submetidos ao Programa de Conciliação será realizada por conciliador, designado pelo Gabinete da Conciliação e não impugnado pelas partes.

Art. 16. Caberá ao conciliador designado realizar a condução da audiência de tentativa de conciliação.

Art. 17. Comparecendo desde logo ambas as partes, instaurar-se-á imediatamente a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio do pedido e a intimação.

Art. 18. A audiência de conciliação será conduzida preferencialmente pelo conciliador, sob a orientação do Juiz ou do Gabinete da Conciliação, conforme o caso.

Art. 19. Na abertura da audiência poderá ser argüida, de forma oral ou por escrito, exceção de suspeição ou impedimento do conciliador, que se processará segundo as regras do § 1º do art. 138 do CPC.

Art. 20. Se for conveniente e sem prejuízo do processamento da exceção, o conciliador poderá ser imediatamente substituído, prosseguindo a audiência.

Art. 21. Havendo acordo, será lavrado termo pelo conciliador, dele constando, de forma clara e concisa, o objeto da conciliação ou transação e a homologação, se possível, será efetivada, desde logo, pelo Juiz Federal Adjunto.

§ 1º Não sendo possível a homologação imediata, será feito encaminhamento ao Juiz Natural para prolação da sentença homologatória, mediante guia de remessa e anotação no sistema informatizado da Justiça Federal.

§ 2º No caso de conciliação de processo em tramitação em segundo grau, a homologação será efetivada, desde logo, pelo Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação ou seu substituto.

Art. 22. Tratando-se de acordo que contenha prestação a prazo, do termo constará que o autor fica ciente de que deverá comunicar a Secretaria do efetivo cumprimento da obrigação, até 180 (cento e oitenta) dias depois do vencimento da única ou última prestação, sob pena de ser arquivado o processo, com baixa findo.

Art. 23. Não havendo acordo, lavrar-se-á o termo correspondente a ser juntado aos autos, encerrando-se o procedimento de conciliação, com a remessa imediata do feito ao Juízo Natural, mediante guia de remessa e anotação no sistema informatizado da Justiça Federal.

Da Realização de Audiência de Conciliação por Juiz Federal

Art. 24. Nas hipóteses de que trata o artigo 132 do Código de Processo Civil caberá ao Juízo Natural realizar audiência de tentativa de conciliação, independentemente do procedimento de conciliação.

Art. 25. Somente em situações especiais a audiência de tentativa de conciliação, de que trata o Programa de Conciliação nos processos em tramitação na Primeira ou Segunda Instância da Justiça Federal poderá ser presidida por Juiz Federal ou Federal Substituto, e somente após a expedição do respectivo ato de designação pela Presidência do TRF3.

Das Disposições Finais

Art. 26. As disposições desta Resolução não excluem outras formas de conciliação extrajudicial vinculadas a órgãos institucionais ou realizadas através de conciliadores ou mediadores independentes.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ROBERTO HADDAD

Presidente